

ESTADO DO PIAUÍ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

LRF, art.53, § 1°, inciso I - Portaria STN nº 249/2010 e Resoluções TCE - PI

R\$ 1.00

(c-g)

LKF, alt. 35, § 1, flictso 1 - Poltaria STN ii 249/2010 e Resoluções TCE	2-11			K\$ 1,00
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO
RECEITAS	(a)	Até o Bimestre		REALIZADO
		(b)		(c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇOES DE CREDITO (I)	442.990.370,00		216.829.685,68	226.160.684,32
<u>DESPESAS</u>		DESPESAS EXECUTADAS		
		Até o Bimestre		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA			SALDO NÃO
				EXECUTADO
	(d)	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	
			RESTOS A PAGAR	
			NÃO	
			PROCESSADOS	(g) = (d - (e+f))
			(f)	
		(e)		
DESPESAS DE CAPITAL	1.700.742.722,99	1.016.111.398,48	116.174.594,09	568.456.730,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por				
Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LIQUIDA (II)	1.700.742.722,99	1.016.111.398,48	116.174.594,09	568.456.730,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA	(1.257.752.352,99)		(915.456.306,89)	(342.296.046,10)
KLBULTADO I AKA AI UKAÇAO DA	(1.237.732.332,99)		(713.430.300,09)	(342.290.040,10)

FONTE:

Notas:

REGRA DE OURO (III) = (I - II)

(a-d)

Wilson Nunes Martins
Governador do Estado do Piauí

Antônio Silvano Alencar de Almeida Secretário da Fazenda do Estado do Piauí Deusarina Batista dos Santos Contadora - CRC-PI 2699

(b) - (e + f)

^{1 &}lt; Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.